

CRIMEIA E ALÉM: A POLÍTICA EXTERNA ASSERTIVA DA RÚSSIA E SEUS IMPASSES COM O OCIDENTE

Crimea and Beyond: Russia's Assertive Foreign Policy and Its Impasses with the West

Jean Santos Lima¹

Nathalia Suellen Rodrigues Lima²

¹Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil. **E-mail:** jeanlima.91@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4758-2389>.

²Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil. **E-mail:** nathaliasrlima@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3227-7592>.

Recebido em: 14 jun. 2021 | Aceito em: 02 set. 2021.

RESUMO

A política externa da Rússia, especialmente com o seu entorno geográfico, reforça um reavivamento geopolítico no século XXI. A anexação da Crimeia em 2014 é um marco na segurança internacional, sendo fonte de impasses nas relações da Rússia com o Ocidente. Exploramos e descrevemos a acentuada divisão ideológica e por influência entre Rússia e União Europeia/Ocidente, utilizando documento legais tanto nacionais e institucionais para referendar as posições no conflito, e analisamos como a anexação faz parte de um conjunto de assertividades do país na política internacional. Argumentamos que as ações russas e as perspectivas geopolíticas da década de 2020 reforçam a Rússia como grande potência-chave no sistema internacional como parte indispensável do cálculo sistêmico de China e Estados Unidos no contexto de uma nova Guerra Fria.

Palavras-chave: Rússia; Ocidente; Política Internacional.

ABSTRACT

Russia's foreign policy, especially with its geographic surroundings, reinforces a geopolitical revival in the 21st century. The annexation of Crimea in 2014 is a milestone in international security and is a source of impasses in Russia's relations with the West. We explore and describe the sharp ideological and influence division between Russia and the European Union/West, using both national and institutional legal documents to endorse the positions in the conflict, and we analyze how the annexation is part of a set of Russian assertiveness in international politics. We argue that Russian actions and the geopolitical perspectives of the 2020s reinforce Russia as a key great power in the international system as an indispensable part of the systemic calculus of China and the United States in the context of a new Cold War.

Keywords: Russia; Western nations; International Politics.

INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra Fria, as perspectivas para a geopolítica³ era a de que esta perdesse sua importância. Pensava-se que com o avanço da globalização, haveria uma redução da relevância das fronteiras nacionais e do papel do Estado – grande ator da geopolítica, pois a lógica do mercado demandaria maior fluidez e supostamente menor regulação e controle. Além disso, a era digital e da conectividade poderia tornar muitas das divisões territoriais irrelevantes, e unificaria comunidades em âmbito global. Indo ao extremo, território não seria mais significado

³ Na definição de Agnew (2003, p. 135), geopolítica é “o estudo do impacto das distribuições e divisões geográficas na conduta da política mundial. Em seu uso original, referia-se ao impacto nas relações interestatais da disposição espacial dos continentes e oceanos e da distribuição dos recursos naturais e humanos. Hoje, no entanto, o termo também cobre o exame de todos os pressupostos geográficos, designações e entendimentos que entram na construção da política mundial (como na geopolítica crítica) e como eles mudam de acordo com as condições materiais (geopolítica histórica)” (*tradução nossa*).

de riqueza, tendo em vista o grande crescimento econômico de Estados do tamanho de cidades, e sem grandes reservas naturais, como Cingapura e Hong Kong. E do ponto de vista da organização de potências no sistema internacional, a unipolaridade americana dos anos 1990 também traria, acreditava-se, estabilidade geopolítica ao sistema, e as grandes potências poderiam se concentrar nos assuntos econômicos.

No final da década de 2000, no entanto, a realidade passou a ser distinta: aumento da participação do Estado na economia, as crises internacionais de 2007-09 e da pandemia do Covid-19 que aumentaram o peso da balança ao Estado frente ao mercado, e um cenário internacional de ascensão de países emergentes, dentre eles, a Rússia, que indica o fim da unipolaridade. Nesse contexto, as disputas geopolíticas, que nunca estiveram totalmente fora de jogo, também se aceleraram: tem-se uma corrida armamentista na Ásia; uma maior assertividade da China no Mar do Sul; tensões entre China e Índia na fronteira da disputada região da Caxemira; Síria e Iraque com guerras civis internacionalizadas; destruição pela Coreia do Norte de um escritório conjunto entre as Coreias; e, claro, a continuação da disputa entre Rússia e Ucrânia pela região da Crimeia após a anexação russa em 2014 – a qual, em nossa análise, não se trata de um evento isolado, mas de uma representação da contínua importância da geopolítica no século XXI.

A história russa e dos povos eslavos carrega uma dramaticidade tal como as próprias obras literárias russas, e não foi diferente o que se passou nos eventos da anexação em 2014. Desde 2010, Viktor Yanukovich presidia a Ucrânia, contudo, em fevereiro de 2014 não resistiu às reivindicações retirando-se de sua posição, após mais de 90 dias de protesto. A indignação da população se dá quando o presidente, abertamente pró-Rússia, não assina um acordo com a União Europeia (UE). Nesse período de muita instabilidade, o governo da Crimeia realiza um referendo que interroga a população se estaria ou não a favor da anexação da Crimeia pela Rússia. Considerado ilegal pelos europeus e pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o referendo teve resultado pró-Rússia com ampla margem (mais de 96% de aprovação).

É bem provável que haja um interesse russo por maior influência nas proximidades do que por puramente recursos materiais, embora importantes, como acesso a mares quentes e manutenção de base militar. Esse interesse pode estar inserido numa estratégia ainda maior, dentro de aspirações de uma potência revisionista, ainda que a Rússia que se beneficie da ordem internacional atual como do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sabe-se que a questão da anexação da Crimeia é muito sensível politicamente, pois envolve distintas interpretações do direito internacional, provocando uma enorme divisão de posições; lida com sentimentos nacionalistas, identitários e de pertencimento; e revela o papel do poder e da influência no sistema internacional anárquico. Procuramos apresentar os dois lados da história, levantando, assim, argumentos e defesas dentro das contendas entre Ocidente/União Europeia e Rússia, o que acreditamos serem as contendas primárias da anexação.

É fundamental a descrição e análise de cada narrativa no cenário internacional, assim como os embasamentos históricos e legais e o contexto político e legal da anexação. Nosso objetivo é explorar e descrever a acentuada divisão ideológica e por influência entre Rússia e União

Europeia/Ocidente, utilizando documento legais tanto nacionais e institucionais para referendar as posições no conflito, e, principalmente, analisar como a anexação faz parte de um conjunto de assertividades do país na política internacional. Argumentamos que as ações russas e as perspectivas geopolíticas da década de 2020 reforçam a Rússia como grande potência-chave no sistema internacional, parte indispensável do cálculo sistêmico das grandes potências e superpotências como entre China e Estados Unidos no contexto de uma nova Guerra Fria.

1. A ANEXAÇÃO DA CRIMEIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

O fim da URSS torna a Rússia uma herdeira natural do território abrangente, da elevada quantidade de recursos naturais, em especial os energéticos, da maior economia, de exército, e arsenal nuclear. Essa herança insere a Rússia no cenário internacional com ampla vantagem sobre as demais repúblicas recém-independentes. Em relação à Ucrânia independente, seus dois primeiros presidentes Leonid Kravchuk (1991-1994) e Leonid Kuchma (1994-2004) eram pró-ocidente, o que chocava com os interesses russos. A Ucrânia já possuía intenção de se tornar membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a assinar algum tipo de parceria com o bloco. O ingresso na União Europeia (UE) também era um objetivo almejado pela nação ucraniana que, em 2004, incluiu o país na Política de Vizinhança Europeia.

O ano de 2004 culminou na Revolução Laranja na Ucrânia⁴. Esse evento trouxe uma nova instabilidade no relacionamento entre a Rússia e a Ucrânia, sendo capaz de polarizar ainda mais a população ucraniana entre a Rússia e o Ocidente. A preocupação do Ocidente com a influência russa na Ucrânia é demonstrada pelos gastos de George W. Bush, entre 2003 e 2004, de cerca de US\$ 65 milhões para os apoiadores de Viktor Yushchenko, abertamente, pró-Europa (ao menos até meados de seu mandato presidencial) (Poty, 2019). A crise ucraniana pode ser interpretada como um embate entre a Rússia e o Ocidente pela influência naquele país europeu. A Rússia age em defesa de seus interesses e seus nacionais fora do território russo, enquanto o Ocidente tenta impedir o crescimento da influência russa sobre a Ucrânia, por motivos geopolíticos e econômicos. Este é um exemplo da concepção de segurança alargada dos estudos de segurança durante o pós-Guerra Fria.

Em relação à região da Crimeia, nos anos 90, houve uma tentativa por parte do governo da península de se tornar independente. Em 1992, a Crimeia declara sua independência da Ucrânia, com o apoio russo e a situação permanece confusa até 1997 (Goncharenko, 2014). No ano de 1997, é assinado um acordo conhecido como Tratado de Partilha sobre o Estatuto e Condições da Frota do Mar Negro. Esse acordo delimitava o uso da península, em especial da

⁴ A Revolução Laranja compreende uma série de atos em prol de mudanças políticas na Ucrânia entre 2004 e 2005. Alegações de que as eleições presidenciais estavam sofrendo intimidação e fraude em favor de Viktor Yanukovich (então primeiro-ministro que possuía inclinações pró-Rússia) tomaram conta dos protestos. Após uma segunda eleição ordenada pela Suprema Corte da Ucrânia, Viktor Yushchenko – de inclinações pró-Ocidente, de início, mas que passariam por mudanças ao longo do mandato - é eleito presidente do país. Em 2006, Yanukovich volta ao cargo de primeiro-ministro, e venceria as eleições presidenciais de 2010.

cidade de Sevastopol, para fins militares russos. Esse foi um momento em que a Rússia garantiu um distanciamento ucraniano da UE.

No dia 18 de março de 2014 foi assinado um acordo entre a Federação Russa e a República da Crimeia sobre sua admissão à federação (Kremlin, 2014), e no dia 21 de março, internamente, dentro dos trâmites legais, a Rússia reconhece o *status* de independência da Crimeia com a Lei Federal Constitucional (Carnesella, 2018). Essa lei possui *status* de tratado para o Kremlin, podendo inferir, em consonância com a Convenção de Viena de Direito dos Tratados, que os atores envolvidos possuem personalidade jurídica, o que para Rezek (2014), significa dizer que são portadores de soberania estatal.

A Constituição da Ucrânia (1996) menciona, em seu artigo 73 que qualquer questão envolvendo território possa ser resolvida com base na utilização de um referendo. A 10ª sessão é dedicada à República Autônoma da Crimeia que, no artigo 138, permite referendos locais e se compromete em promover direitos e liberdades dos cidadãos. Em contrapartida, a Constituição da Rússia, em seu artigo 5º, trata sobre a extensão do território da nação onde reafirma o compromisso russo com os cidadãos que se estende a áreas e regiões autônomas. Para Sasse (2007), em 1992, na primeira tentativa da Crimeia de secessão, pela identidade considerada comum, grande parte dos nacionalistas russos se posicionaram a favor da separação da península da Ucrânia.

Em março de 2014, a Comissão de Veneza⁵ se reuniu para dar um parecer a respeito da constitucionalidade das ações da República Autônoma da Crimeia, especificamente da realização do referendo e do retorno à constituição de 1992. A comissão declarou que por estar sob jurisdição ucraniana, o referendo se tornava inválido e todo o processo era incompatível com os padrões europeus. Outra prerrogativa utilizada pela Comissão Veneza é que o artigo 69 da Constituição ucraniana aceita referendos, mas não são automaticamente constitucionais (Conselho da Europa, 2014).

Mesmo com países contrários, a Rússia assina, no dia 18 de março de 2014, juntamente com o governo separatista da Crimeia um documento que incorpora a península à Rússia⁶, não reconhecido pela comunidade internacional (Segrillo, 2015). Dirigindo-se aos deputados da Duma e a outras autoridades, o Presidente da Rússia afirmou que “no coração e na mente das pessoas, a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia” (Putin, 2014, *tradução nossa*). Por mais que seja questionada a veracidade e a motivação, o referendo foi marcado por uma grande participação da população da Crimeia (83,1%), sendo que no ano de 2012 as eleições parlamentares registraram apenas 49,46% de participação popular (Сенюшкина, 2015). A

⁵ A “Comissão Europeia para a Democracia através da Lei”, comumente conhecida como “Comissão Veneza”, compreende o aspecto consultivo do Conselho da Europa (organização criada em 1949) ao caráter constitucional, legislativo e administrativo quando colocado em análise a pedido de determinado Estado integrante do Conselho.

⁶ A assinatura desse acordo faz parte da Lei Constitucional Federal de 21 de março de 2014, nº 6-FKZ “Admissão à Federação Russa da República da Crimeia e Formação na Federação Russa de Novas Entidades - República da Crimeia e Cidade de Importância Federal de Sevastopol”.

Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) discutiu a integridade territorial da Ucrânia e redigiu a Resolução 68/262, afirmando o seu compromisso com a soberania ucraniana e considerando o referendo inválido (United Nations, 2014).

Outro fato abertamente veiculado foi a presença constante de tropas russas durante o referendo, que, por parte do governo ucraniano, estavam presentes para intimidar e manipular a situação. Entretanto, a posição russa para esse fato visa justificar a utilização da força por legítima defesa. A priori, a definição de agressão precisaria estar vinculada ao próprio território, entretanto na Resolução 3314 de 1975 a definição de agressão transcende as fronteiras visto que no artigo 3 desta Resolução afirma que uma agressão ao país também pode ser considerada caso haja ataque às tropas da nação, galgando assim, definição de autodefesa.

O presidente Vladimir Putin – ex-agente da antiga agência de inteligência soviética KGB – chegou a comparar a situação da Crimeia com a questão do Kosovo, onde o Ocidente prontamente reconheceu sua independência da Sérvia. Entretanto, a Rússia permanece sem reconhecer a independência de Kosovo (Carnesella, 2018). Essa postura do presidente pode minar sua retórica construída sobre os Direitos Humanos e sua manifestação. Essa prerrogativa permanece em aberto, o que concede grande espaço de ação por parte da Rússia.

Outra questão impactante na relação entre a Rússia e a Ucrânia é a econômica. Economicamente a Ucrânia segue dependente, de certo modo, da Rússia e essa dependência comercial gera um vínculo que não pode ser facilmente rompido. Em 2019, os impactos dessa nova conjuntura com imbróglis econômicos já geravam prejuízos para a Ucrânia (Chalabov, 2019). De acordo com os dados do Banco Mundial (2020), o PIB ucraniano em 2013 era de 183,31 bilhões de dólares enquanto em 2019 retraiu para 153,781 bilhões de dólares.

Em forma de protesto à intervenção russa, o G8 suspendeu a participação da Rússia em março de 2014 – situação que permanece atualmente – junto à aplicação de sanções econômicas com forte apoio da administração de Obama nos EUA. O principal motivo de reprovação está relacionado ao uso da força por parte da Rússia e pela sua ação dentro do território ucraniano sem reconhecimento internacional prévio (Bijos e Montes, 2015). A justificativa russa causa, ainda, grande desconforto nas antigas repúblicas soviéticas pois, de certo modo, dentro de cada uma delas há uma grande população russófona e há um medo perpétuo de que a Rússia haja para com elas do mesmo modo que agiu para com a Ucrânia.

Internacionalmente o princípio da autodeterminação dos povos carece de definição clara e direta. A Carta das Nações Unidas de 1945, a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, e a Declaração de Princípios de Direito Internacional Relativa às Relações Amigáveis e Cooperação entre Estados de 1970 asseguram esse direito, mas não expressam em sua totalidade o termo “autodeterminação”. A falta de clareza gera grande espaço para interpretações dúbias e por essa incerteza, sendo o mais razoável analisar o caso de modo comparativo. Um referendo sobre a independência da Crimeia não estava de acordo com a constituição ucraniana, nem com as leis vigentes, entretanto, o referendo do Kosovo sobre sua

separação da Sérvia também não estava de acordo com a Constituição da Sérvia (Томсинов, 2015).

As semelhanças são visíveis entre o impasse legal da Crimeia e o “Precedente Kosovo”. Na Declaração de Independência do Kosovo, adotada em 17 de fevereiro de 2008, há em seu preâmbulo a ênfase de ser um caso especial, sem o intuito de gerar precedente, visto que a situação é decorrência direta do colapso da Iugoslávia, entretanto, a Crimeia encontra-se em situação similar no decorrer do colapso da URSS. Para Томсинов (2015), a Crimeia também sofre com a Ucrânia reduzindo seus poderes até minimizá-la a uma parte do país. Essa autonomia *de facto* se devia à Constituição de 1992, suprimida pelo parlamento ucraniano (Томсинов, 2015).

Após os acontecimentos de 2014, cresceram o número de óbitos, feridos e refugiados. Em dezembro de 2018, a ONU realizou uma reunião para tratar sobre a situação dos Direitos Humanos dentro da Crimeia e Sevastopol, demonstrando clara preocupação internacional (United Nations, 2019). No horizonte, já era possível vislumbrar uma clara crise econômica e a situação de equilíbrio no contexto pós-Guerra Fria passou a ser questionada. O cessar-fogo, outrora instável, provou-se completamente ineficiente com diversas ameaças de ataques a civis com morteiros. A perspectiva era a de que o governo russo retrairia suas ações com as sanções de potências ocidentais e com a queda no preço do petróleo. Contudo, Putin não retrocedeu em suas ações em solo ucraniano nem buscou alinhar seus anseios com o Ocidente.

2. A ASSERTIVIDADE NA POLÍTICA EXTERNA DA RÚSSIA COM O OCIDENTE E A DURADOURA IMPORTÂNCIA DO PAÍS NA POLÍTICA INTERNACIONAL

O ano de 2020, de grave crise global econômica e de saúde com a pandemia do Covid-19, alimentou aquela que talvez seja a maior tensão entre potências dos últimos 30 anos, em boa parte resultante dos embates que podem ter constituído o verdadeiro início de décadas de “Nova Guerra Fria”⁷ entre EUA e China. Soma-se a isso movimentos nacionalistas e o descrédito de instituições internacionais por parte do governo do presidente Donald Trump, ainda que derrotado nas eleições presidenciais de outubro de 2020. A vitória de Joe Biden como presidente dos EUA representa uma revalorização do multilateralismo, mas ao mesmo tempo as relações com a China tendem a continuar conflitantes em diversos temas, mesmo com a não utilização de discursos de ataques explícitos e abertos como os da administração Trump.

Trump ensaiou uma aproximação à Rússia, chegando a negar no último ano de seu mandato, por exemplo, que tenha ocorrido qualquer tipo de interferência russa no processo eleitoral americano. Seu governo marca o estabelecimento mais claro da China como principal grande potência – e, cada vez mais superpotência, diante do alcance de seu poder econômico,

⁷ A alusão ao período de disputa entre EUA e União Soviética é recorrente na literatura, mas há diferenças marcantes em caso de confirmação de disputa longínqua entre EUA e China. Dentre elas, a China se apresenta em termos de discurso pró-cooperação internacional dentro (e fora) das instituições criadas pelos EUA e aliados no pós-Segunda Guerra, e, apesar de apresentar maior dinamismo e força econômica do que a URSS, não apresenta (até aqui) sinais de interesse em uma disputa ideológica tal como entre EUA e URSS. No entanto, as tensões entre EUA e China cresceram consideravelmente no governo Trump e continuaram em alguma medida no governo Biden, ainda que haja cooperação em áreas como na questão da gestão da sustentabilidade global e mudanças climáticas.

tecnológico e influência política – rival ou competidora dos EUA. Não nos convêm analisar profundamente o caso por não se tratar do foco desse artigo, mas pode se dizer que a percepção de declínio relativo da hegemonia dos EUA frente à China seja um dos determinantes dessa estratégia americana.

Em caso de estabelecimento de uma competição duradoura entre EUA e China por hegemonia neste século, caracterizando-se como uma Nova Guerra Fria ou não, Rússia e Índia podem ser considerados países “fiéis da balança” dessa relação. O governo Obama promoveu uma aproximação à Índia, reconhecendo-a como detentora oficial de armas nucleares, país que não faz parte do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Esse reconhecimento oficial se insere na política “Pivot to Asia”, e serve como contrabalanço ao poderio chinês na Ásia. Contudo, as relações entre EUA e Rússia durante a administração Obama – que possuía Biden como vice-presidente – eram muito tensas em virtude dos eventos explorados nesse artigo, e por conta das divergências em torno da guerra civil da Síria. As relações entre EUA e Rússia no governo Biden tendem a se tornar outra vez mais conflitantes do que se verificou no governo Trump.

A Rússia se torna cada vez mais o país a ser acomodado (e vigiado) numa eventual disputa sistêmica dos EUA com a China. Por meio do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que confere grande poder e *status* globais à Rússia, muitas de suas posições são compartilhadas ou ao menos não refutadas pela China. A Rússia também mantém laços estratégicos e militares com os chineses na Organização para Cooperação de Shanghai (OCS), como na cooperação pela segurança regional e combate ao terrorismo. A Rússia também possui uma relação-chave com a Turquia – integrante da OTAN – quanto ao fornecimento e venda de armamentos aos turcos, o que incomoda, claro, as potências ocidentais.

Por todas as razões expostas nesse artigo, esse incômodo vai além dessas relações com parceiros estratégicos. Uma das principais críticas ocidentais são no tocante às ações de uma política externa russa expansionista. Um documento lançado em dezembro de 2020 pelo Departamento de Defesa dos EUA sobre os desafios da Marinha norte-americana destaca um comportamento crescentemente agressivo da Rússia, e defende que “as operações da Rússia são projetadas para fragmentar a ordem internacional. Sua busca por uma esfera de influência ampliada tem sido definida pelo oportunismo e pela disposição de violar acordos e leis internacionais, bem como pelo uso da força militar.” (US Department of Defense, 2020, p. 5, *tradução nossa*).

De uma forma ou de outra, a Rússia está envolvida em muitos dos conflitos geopolíticos da década de 2010, e provavelmente dos que continuarão na década de 2020. Além da explorada e discutida anexação da Crimeia relativamente bem-sucedida, pois não houve “devolução” do território mesmo diante das pressões internacionais, são exemplos desse envolvimento: 1) a polêmica participação da Rússia na Guerra da Síria, apoiando o regime do ditador Bashar al-Assad, que ganhou batalhas diante do Estado Islâmico (ISIS) e grupos rebeldes apoiados pelos EUA e coalisões ocidentais; 2) sua contínua relação com outras potências petrolíferas - a exemplo da paradoxal discordância com a Arábia Saudita sobre a produção de petróleo que contribuiu para

um histórico impacto sistêmico de preços negativos da *commodity* no primeiro semestre de 2020; 3) o seu papel na estabilização em outubro de 2020 da guerra que resultou em mais de 5000 mortos no mesmo ano entre Azerbaijão e Armênia pela região de Nagorno-Karabakh, quando mediou (dessa vez com o apoio de EUA e França) o acordo de cessar-fogo ao conflito militar, o qual assegurou o aumento da presença da força de paz russa na região separatista; 4) o contínuo apoio financeiro, ainda que menos tolerante ou menos paciente do que nas décadas passadas, ao regime de Alexander Lukashenko (no poder desde 1994) na Bielorrússia, país que passa por sanções da União Europeia, e cuja população tem promovido protestos contra o tratamento repressivo do governo dado à oposição, jornalistas e manifestantes; 5) o notável poder cibernético do país, que possui uma vantagem estratégica de não compartilhar de certas plataformas virtuais ocidentais, o que fomentou também as acusações de “hackerativismo”, sobretudo nas eleições norte-americanas.

Do ponto de vista do *status* perante a comunidade internacional, são constantes as polêmicas em torno da Rússia nas manchetes do Ocidente. Além dos casos geopolíticos relatados acima, numa decisão confirmada pela Corte Arbitral do Esporte (CAS), a Rússia foi proibida de competir nas Olimpíadas de inverno e verão e na Copa do Mundo de futebol entre 2020 e 2022, por conta da acusação de um programa de *doping* e de adulteração de banco de dados de testes promovido pelas autoridades russas. Durante a pandemia em 2020, a Rússia foi o primeiro país a anunciar a imunização em massa de sua população com sua vacina Sputnik V, mas a mesma foi acusada de não passar por todas as devidas fases de testes até a comprovação de sua eficácia, e ficou atrás de outras opções nas campanhas de imunização ao redor do mundo. Do ponto de vista do sistema político, alegações de perseguição política como ao principal político líder de oposição, Alexei Navalny, as mudanças promovidas que permitem que o presidente permaneça no poder – se assim desejar concorrer a outros mandatos – até 2036, e a aprovação de uma lei que garante imunidade vitalícia a ex-senadores e presidentes colocam em questionamento a qualidade da democracia russa no mundo ocidental.

Do ponto de vista global, a Rússia reforça seu *status* de grande potência. Para fins de conceituação, de acordo com Buzan e Wæver (2003), o status de *superpotência* requer capacidades de amplo espectro que possam ser exercidas ao longo do sistema internacional; capacidades militares de primeira linha (e economias que as suportam); e que a potência seja capaz de exercer alcance político e militar global. Além disso, é preciso que a nação se veja como superpotência, e seja assim aceita pelas demais em termos de retórica e comportamento. Para ser considerada *grande potência*, uma nação não necessita ter capacidades em todos os setores, nem estar ativamente presente nos processos de securitização em todas as regiões do sistema internacional. Entretanto, um elemento é fundamental: “o que distingue grandes potências das meramente regionais é que elas são respondidas por outras com base em cálculos em nível sistêmico sobre a distribuição de poder no presente e no futuro próximo” (Buzan e Wæver, 2003, p. 35).

Comumente a Rússia é apresentada no Ocidente como uma potência em declínio, cuja implicação é a de que o país tenderá a desafiar ainda mais a ordem internacional. Em entrevista para o jornal The Times, o chefe da agência de inteligência britânica, Richard Moore, afirmou que a Rússia “is an objectively declining power economically and demographically” (Dunn, 2021). O relatório, “Global Trends 2040” da National Intelligence Council dos EUA aponta “Russia is likely to remain a disruptive power for much or all of the next two decades even as its material capabilities decline relative to other major players” (NIC, 2021). Para o professor e teórico Joseph Nye, a Rússia seria um “declining state”, com perdas anuais na força de trabalho e falha em adaptar-se à uma economia moderna e tecnológica, ainda que seja um vasto país com pessoas talentosas e um arsenal nuclear (Stavljjanin, 2020). Nye adiciona e alerta que “After all, sometimes it is declining countries which are the most dangerous because they’re the most dangerous, because they’re the most willing to take risks” (...) “So Russia should not fall below the radar; it’s something we should take more seriously” (Stavljjanin, 2020).

Percebe-se que há elementos materiais e sociais na caracterização de uma grande potência, pois além do poder econômico e militar, por exemplo, há se avaliar o posicionamento, comportamento e ações de um país no sistema internacional. Mesmo diante de avaliações sobretudo por ocidentais de que é uma potência em declínio e que sua economia apresenta fragilidades como a dependência do petróleo, o país de fato possui imenso território, grande poder militar, armas de destruição em massa, e recursos energéticos e minerais em grande escala. Saradzhyan e Abdullaev (2020) realizaram um estudo quantitativo e chegaram a conclusões distintas de especialistas defensores da tese do poder russo em declínio. De 1999 a 2016, a Rússia teria avançado em termos de poder nacional (= população e área geográfica + PIB + gastos militares; todos como proporção do total mundial) frente a cinco competidores ocidentais (EUA, Alemanha, Reino Unido, França e Itália), mas ainda atrás dos Estados Unidos, China e Índia em valor de poder nacional absoluto⁸. Além dos mais, como demonstrado no artigo, a Rússia é parte fundamental a ser considerada no cálculo sistêmico das demais potências, e talvez este seja um grande poder duradouro do país, sobretudo diante da redução do domínio dos EUA no sistema internacional. Aliás, as próprias avaliações apresentadas do ponto de vista do Ocidente quanto ao poder disruptivo da Rússia – mesmo diante ou em virtude do suposto poder declinante – só reforça a importância do país para os rumos da política global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os dados e eventos levantados reforçam a noção de que a Rússia possui uma distinta visão de mundo, e um sistema cultural, político, econômico, cibernético próprio e à parte do Ocidente, o que também faz alusão à antiga polarização entre “ocidentais” e “eslavófilos”. O país

⁸ Essa evolução do poder nacional explicaria parte da posição adotada frente aos demais países: “Os autores apontam que a ascensão da Rússia em relação aos concorrentes ocidentais e seu declínio em relação à China no período da pesquisa poderiam estar entre os fatores que tornaram Moscou mais assertiva em sua competição com o Ocidente na vizinhança pós-soviética, como evidenciado por intervenções militares na Geórgia e na Ucrânia, e sua atitude mais complacente em relação à China” (Saradzhyan e Abdullaev, 2020, p. 2).

mantém, e precisa manter, suas relações com potências ocidentais no mundo globalizado, atenuando maiores fricções. Contudo, a construção da Rússia se difere em relação à maioria dos países dos Estados-nações do Ocidente. Várias nações étnicas fazem parte do território abrangente, incluindo, claro, a etnia russa, que também se faz presente em outros Estados. Talvez por essa e outras razões, tem-se a popularização da frase “*Russia is not a country, it’s a state of mind*”.

A anexação pela Rússia da Crimeia com a reprovação de tal ato pela comunidade internacional reforça o caráter anárquico das relações internacionais. Não há garantias efetivas de impedimento de Estados invadirem, intervirem ou dominarem outros territórios, e organizações internacionais na prática possuem limitações quanto ao poder de *enforcement*, de fazer Estados cumprirem as leis. A história pregressa da Rússia reflete um ensejo expansionista no âmago da nação. De certa forma, ações como a da Rússia alimentam o fantasma dos anos 1930, de se utilizar o argumento da localização de minorias nacionais em territórios supostamente alheios para intervenção e anexação de territórios. Por outro lado, é muito comum a perspectiva crítica em relação às ações russas no Ocidente, ainda com resquícios das disputas ideológicas da Guerra Fria, e diante disso, é preciso o estudo e a pesquisa da história, e das reais motivações que permeiam os conflitos que interesse entre as nações e sociedades. Isso se torna ainda mais importante diante da perspectiva de que a Rússia permaneça como uma peça fundamental no jogo de disputas geopolíticas globais, como entre Estados Unidos e China.

REFERÊNCIAS

Bijos, L. Monte, F. A. (2015) ‘Rússia e Ucrânia: uma análise dos princípios da segurança, estabilidade e previsibilidade internacionais’. *Direito em Ação*, 14(1), pp. 74-102, [Online]. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDA/article/view/6712> [Acesso em: 17 abr. 2021].

Buzan, B. Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.

Carnesella, G. (2018). *O direito à secessão e o princípio da autodeterminação dos povos: o caso da república da Crimeia (2014) no direito internacional*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. [Online] Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192762> . [Acesso em: 20 mar. 2021].

Chalabov, K. (2019). ‘Ucrânia admite que economia sofre perdas dramáticas graças à política antirrusa’, *Sputnik News*, 09 de maio. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/europa/2019050913846676-comercio-ucrania-russia/> [Acesso em: 27 mar. 2021].

Conselho da Europa. (2014) *European Commission for Democracy Through Law: Venice Commission*. Disponível em:

[https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD\(2014\)002-e](https://www.venice.coe.int/webforms/documents/default.aspx?pdffile=CDL-AD(2014)002-e).
[Acesso em: 23 mar. 2021].

Сенюшкина, Т. А. (2015) *Воссоединение Крыма С Россией Как Этнополитический Процесс. Политическая Экспертиза: Политэкс.* 11(4). Pp. 75-91. [Online] Disponível em: <https://elibrary.ru/item.asp?id=26375979> [Acesso em: 30 abr. 2021].

Dunn, T. N. (2021) 'MI6's 'C': We warned Putin what would happen if he invaded Ukraine'. Interview. *The Times*, 25 April. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/mi6s-c-we-warned-putin-what-would-happen-if-he-invaded-ukraine-wkc0m96qn> [Acesso em: 28 out. 2021]

Goncharenko, R. (2014) 'Crise faz Crimeia reviver tensão histórica', *Deutsche Welle*, 28 fev. [Online] Disponível em: <https://p.dw.com/p/1BHn5>. [Acesso em: 20 mar. 2021].

Kremlin. (2014a) *Президент России: Подписан Договор о принятии Республики Крым в Российскую Федерацию.* [Online] Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/20604> [Acesso em: 04 maio 2021].

National Intelligence Council. (2021) *Global Trends 2040: A More Contested World, March.* Disponível em: https://www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/GlobalTrends_2040.pdf [Acesso em: 28 out. 2021]

Poty, I. B. (2019) 'A Ucrânia Independente Após o Fim da Guerra Fria: uma Análise Geopolítica (1991-2010)'. *Conjuntura Austral*, 10(52), pp. 17 – 31. [Online] Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/92323> [Acesso em: 20 mar. 2021].

Putin, V. (2014). Address by President of the Russian Federation. [Online] Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603> [Acesso: 04 abr. 2021].

Rezek, F. (2014) *Direito Internacional Público: Curso Elementar.* São Paulo: Saraiva.

Saradzhyan, S.; Abdullaev, N. (2020). 'Measuring National Power: Is Putin's Russia in Decline?' *Europe-Asia Studies*, 1–27.

Sasse, G. (2007). *The Crimea Question: Identity, Transition and Conflict.* Massachusetts: Harvard University Press.

Segrillo, A. (2015) *De Gorbachev a Putin: A Saga da Rússia do Socialismo ao Capitalismo.* Curitiba: Prisma.

Stavljanin, D. (2020). "'World should take 'declining power' Russia 'more seriously,' says political analyst Nye", *Radio Free Europe/Radio Liberty*, May 18. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/world-should-take-declining-power-russia-more-seriously-says-political-analyst-nye/30619007.html> [Acesso em: 26 ago. 2021].

Ucrânia. (1996) *Конституція України.* [Online] Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/cgi-bin/laws/main.cgi?nreg=254%EA%2F96%2D%E2%F0#Text> [Acesso em: 04 jun. 2021].

United Nations. (2014). Resolution adopted by the General Assembly on 27 March 2014. [Online] Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/68/262> [Acesso em: 07 jun. 2021].

United Nations. (2019) Resolution adopted by the General Assembly on 22 December 2018. [Online] Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/73/263> [Acesso em: 20 maio 2021].

US Department of Defense. (2020) *Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*. [Online] Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Dec/16/2002553074/-1/-1/1/TRISERVICESTRATEGY.PDF> [Acesso em 24 maio. 2021]

Томсинов., В. А. (2014) *Крымское Право*. 11 (5). [Online]. Disponível em: <https://cyberleninka.ru/article/n/krymskoe-pravo-ili-yuridicheskieosnovaniya-dlya-vossoedineniya-kryma-s-rossiey> [Acesso em: 21 maio 2021].